16:19 92%

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli, que já havia suspendido pagamento de R$ 10,3 bi da J&F em acordo da Greenfield Adriano Machado/Reuters

Toffoli suspende pagamentos da leniência da Odebrecht na Lava Jato

Decisão vale até que empresa analise material da Spoofing, que tem diálogos entre procuradores

Constança Rezende

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli suspendeu o pagamento de multas decorrentes do acordo de leniência firmado entre a Novonor (antiga Odebrecht) e o MPF (Ministério Público Federal).

A decisão desta quarta-feira (31) vale até que a holding dona da construtora consiga analisar todo o material relacionado à Operação Spoofing, que tratou de diálogos entre procuradores da extinta força-tarefa da Lava Jato.

O acordo de leniência foi firmado com o MPF em dezembro de 2016. Em 2018, houve repactuação na qual foram inseridas a CGU (Controladoria-Geral da União) e a AGU (Advocacia-Geral da União).

O total chegou a US$ 2,7 bilhões, a serem pagos em 22 anos. Segundo a coluna Mônica Bergamo, a empreiteira se comprometia a pagar multa que, corrigida, poderia chegar a R$ 6,8 bilhões.

A reportagem, no entanto, a empresa afirmou que, hoje, a obrigação pendente é de R$ 3,8 bilhões.

Em pouco mais de um mês, esse é o segundo acordo de leniência que Dias Toffoli suspende no âmbito da antiga Lava Jato. Em 20 de dezembro, ele paralisou o cumprimento dos pagamentos impostos à holding J&F (dona da marca JBS), no valor de R$ 10,3 bilhões.

Acordo de leniência é uma espécie de delação premiada das empresas. Elas reconhecem desvios em contratos com o setor público e se comprometem a ressarcir o prejuízo.

Ao admitir perdas causados aos cofres públicos em razão de corrupção, o dinheiro da Novonor seria repassado à União, estados, municípios e a autoridades dos EUA e da Suíça.

A antiga Odebrecht põe em xeque a conduta dos procuradores. Após o vazamento de conversas de integrantes do MPF, e também do então juiz Sergio Moro, as defesas argumentam que houve irregularidades processuais ou atuação em conluio do MPF com a Justiça Federal, de modo irregular.

> Deve-se oferecer condições à requerente para que avalie, diante dos elementos disponíveis coletados na Spoofing, se de fato foram praticadas ilegalidades
>
> **Dias Toffoli**
> ministro do STF

Toffoli determinou que a Novonor tenha acesso integral ao material da Spoofing.

O ministro autorizou ainda eventual reavaliação dos termos do acordo com PGR (Procuradoria-Geral da República), CGU e AGU, "possibilitando-se a correção das ilicitudes e dos abusos identificados".

Toffoli disse ter "dúvida razoável" sobre o requisito da voluntariedade da empresa ao firmar o acordo de leniência com o MPF que lhe impôs obrigações patrimoniais, o que justifica, por ora, a paralisação dos pagamentos.

Ele afirmou ainda que informações obtidas até o momento no âmbito da Spoofing apontam que teria havido um conluio entre o juizo processante e o órgão de acusação para a elaboração de um cenário que melhor conviesse a tais órgãos, não à defesa.

"Conforme ressaltado na inicial, deve-se oferecer condições à requerente para que avalie, diante dos elementos disponíveis coletados na Operação Spoofing, se de fato foram praticadas ilegalidades."

O acordo de leniência da Odebrecht foi assinado em paralelo aos de delação premiada firmados por 77 executivos da construtora com o MPF, em uma iniciativa que repercutiu internacionalmente. A colaboração foi negociada com autoridades suíças e americanas.

Entre os participantes do acordo, estavam o ex-presidente da companhia Marcelo Odebrecht e seu pai, Emílio Odebrecht —ambos condenados na operação.

Sentenciado a 19 anos e 4 meses de prisão por Moro em 2016 por corrupção e formação de quadrilha, Marcelo fez delação e reduziu a pena para 10. Ficou dois anos preso em Curitiba e em 2017 começou a cumprir domiciliar em São Paulo. Em 2022, o STF reduziu a pena para 7 anos e meio. Hoje está livre.

Na petição a Toffoli, a Novonor pediu que "possam ser empregadas as providências devidas ante as fundadas suspeitas de vício na celebração, decorrente de atos praticados por autoridades envolvidas na sua negociação e execução".

No pedido apresentado à corte, a empresa da família Odebrecht afirmou que "diversas são as denúncias que se acumulam sobre irregularidades perpetradas na esteira da Lava Jato".

"Agora, após oito anos do início das investigações que culminaram na referida operação, reconheceu-se, na presente petição, mais uma relevantíssima violação da força-tarefa [da Lava Jato]: o vilipêndio ao requisito da voluntariedade para a celebração de acordos de colaboração, fruto do heterogêneo —para dizer o menos— modus operandi adotado por certas autoridades públicas, que remontou aos tempos da inquisição", afirmaram os representantes do grupo junto ao STF.

A defesa disse que, em relação à Novonor, as investigações "culminaram em uma série de medidas ostensivas contra pessoas físicas e jurídicas relacionadas ao grupo econômico, consubstanciadas em uma sobreposição de decretos prisionais de natureza cautelar no curso de inquéritos, além de medidas cautelares de constrição patrimonial, todas decretadas por um julgador reconhecidamente suspeito que agia em concerto com os órgãos persecutórios", em uma referência a Moro.

Hoje senador, Moro nega irregularidades em seus atos no bojo da investigação.

Ao acatar os argumentos da empresa, Toffoli afirmou que a declaração de vontade com o intuito de chegar a um acordo de leniência "deve ser produto de uma escolha com liberdade".

"Com efeito, é manifestamente ilegitima, por ausência de justificação constitucional, a adoção de medidas que tenham por finalidade obter a colaboração ou a confissão, a pretexto de sua necessidade para a investigação ou a instrução criminal", afirmou.

No caso da J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, Toffoli escreveu que a empresa pedia a autorização para "corrigir os abusos que tenham sido praticados".

O acordo de leniência da J&F foi firmado no âmbito da Operação Greenfield, em 2017, por causa dos danos à administração pública e aos fundos de pensão decorrentes de crimes atribuídos pela MPF a executivos do grupo.

A mulher de Dias Toffoli, Roberta Rangel, é advogada do grupo dos irmãos Batista, responsável pela atuação no litígio entre a empresa e a Paper Excellence pelo controle da Eldorado Celulose.

Tanto na decisão da Novonor como na da J&F, Dias Toffoli usa argumentos idênticos e reproduz os mesmos trechos para fundamentar seus argumentos.

Entenda

O que é um acordo de leniência? Espécie de delação premiada de pessoa jurídica que permite que a empresa possa manter contratos com o poder público. O MPF é um dos protagonistas em sua implementação, usando como mecanismo de combate à corrupção. Os casos mais emblemáticos são no âmbito da Lava Jato

O que Toffoli suspendeu? O pagamento da multa da Novonor (antiga Odebrecht). O acordo previa o pagamento de R$ 6,8 bilhões em 22 anos a partir de 2018, nos valores da época

Decisão é inédita? Não. Toffoli já paralisara, em dezembro, o pagamento da multa de R$ 10,3 bilhões aplicada contra a J&F (dona da JBS) no acordo de leniência do grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Na mesma limitar, ele também autorizou o grupo a ter acesso à íntegra das mensagens da Operação Spoofing, assim como permitiu à Novonor

Adjetivos e desonestidade no debate sobre a atuação do BNDES

Julgar uma política que ainda não foi efetivada aquece o debate, mas não o ilumina

André Roncaglia

Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

Em sua réplica ao meu artigo, que contesta suas alegações sobre a atuação do BNDES, meu colega Marcos Mendes ex pôs sua visão dos "fatos". Após usar termos como "neonarrativa" e "granaduto", Mendes ressentiu-se de os "adjetivos" se voltarem contra ele.

Contudo, em vez de argumentos, repetiu-se o alarmismo prenhe de distorções (ou paranoia). Afirmou que o banco faz "empréstimos a países desprovidos de capacidade de pagamento", quando se sabe que o financiamento à exportação de serviços não beneficia países, mas sim as empresas brasileiras e que —como ocorre em 90 países— conta com fundo garantidor de exportações (que não usa recursos do contribuinte).

Há precedentes nessa prática do autor. Em seu artigo "Neonarrativa", suprimiu (deliberadamente?) a palavra "talvez" (perhaps) da citação do livro de Mark Koyama e Jared Rubin, os quais sugerem que o desenvolvimento sul-coreano se deva "talvez apesar do pesado papel do Estado", impondo aos autores uma falsa convicção. Parafraseando Cauza: mentiras sinceras lhe interessam?

Quando contestado, o colunista desloca o foco. Ao ter refutada sua comparação da atuação do banco entre 2008 e 2014 ao Plano Marshall, alegou se tratar de "questão lateral". Fez o mesmo com minha crítica à sua leitura do estudo do CMAP: mudou o foco de (sugestionada) corrupção do BNDES para sua eficácia e destacou trechos selecionados do artigo de Barboza et al (2023) para confundir o leitor. Cito apenas três.

Primeiro, 70% dos efeitos mapeados pelos 48 estudos analisados atestam efeitos positivos da atuação do banco, o que nega a alegação de que pesquisas "estão longe de apontar sucesso". De fato, não se encontrou efeito positivo sobre a produtividade. Todavia, é inadequado rechaçar a atuação do banco com base nesse critério, uma vez que "os instrumentos do BNDES não tinham, em sua concepção, foco explícito no desafio do aumento da produtividade" (Barboza et al 2023, pág. 659).

Segundo, o suposto "efeito temporário" sobre o emprego foi encontrado por um único estudo —ou seja, nada representativo— que investiga os efeitos da construção de hidrelétricas (muitas delas apoiadas pelo BNDES) no nível dos municípios. Ao contrário, há ampla evidência de impactos positivos do BNDES sobre o emprego —talvez a variável de interesse com mais consenso—, mas também sobre investimentos, exportações, atividade local e agregada e redução do desmatamento.

Terceiro, os desembolsos do BNDES adicionam investimentos que não ocorreriam na ausência do apoio do banco. Tais efeitos aparecem apenas em avaliações cujas bases de dados consideram, principalmente, micro, pequenas e médias empresas (MPME), mais representativas do universo de firmas brasileiras e do número de operações do BNDES. Com efeito, ampliar a representatividade das MPME em termos do volume dos desembolsos parece um bom caminho.

Como sua missão é "viabilizar soluções financeiras que agreguem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação brasileira", o BNDES vem combinando crédito a taxas de mercado (TLP) com taxas direcionadas. Na atual iniciativa, o uso de eventuais subsídios implícitos —na formatação de ecossistemas produtivos repletos de externalidades e incerteza—, além de ser justificado pela literatura acadêmica, tem limites estabelecidos por lei.

Em vez de reconhecer o avanço na transparência das medidas recentes, Mendes vaticina que essas políticas crescerão e se arraigarão. Julgar uma política que ainda não foi efetivada aquece o debate, mas não o ilumina.

Ao final, Mendes pareceu se render a uma discussão construtiva sobre as condições de sucesso de uma política industrial. Fico satisfeito por ter ajudado. A fila andou.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, **Rodrigo Zeidan**